

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



O Regresso à casa dos Pais:
Relações entre Pais e Filhos Adultos Separados

Laura Raquel Rodrigues da Silva

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
Secção de Psicologia Clínica e da Saúde
Núcleo de Psicoterapia Cognitiva-Comportamental e Integrativa

2008

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



O Regresso à casa dos Pais:
Relações entre Pais e Filhos Adultos Separados

Laura Raquel Rodrigues da Silva

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
Secção de Psicologia Clínica e da Saúde
Núcleo de Psicoterapia Cognitiva-Comportamental e Integrativa

Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Maria Helena Santos Afonso

2008

Agradecimentos

Desde o início da realização da dissertação de mestrado que conto com o apoio e confiança de inúmeras pessoas sem as quais a realização desta seria penosa e bastante crítica.

À Professora Doutora Maria Helena Afonso, orientadora da dissertação, agradeço o apoio e a persistência para a realização de principalmente um bom processo de aprendizagem.

À Doutora Linda Hall por ter partilhado os seus conhecimentos e por me ter enviado diversos artigos essenciais para o meu trabalho.

Ao Professor Doutor José Moreira pela grande ajuda que me deu na parte metodológica do estudo.

Às minhas colegas das sessões de orientação Cátia Rego, Cláudia Correia, Ana Filipa Carvalho e Patrícia Fonseca pelo suporte, partilha e compreensão dos desabafos.

Aos meus colegas de curso e amigos, pelo tempo que não passei com eles e pela força que me deram para continuar a lutar.

Aos meus pais João e Cristina por terem sempre acreditado em mim e por me terem ajudado a ter uma boa gestão do tempo.

Ao meu namorado Paulo por todo o amor e compreensão que me deu ao longo deste tempo de mau génio e rabugice. Agradeço também a ajuda dada na parte informática que teria sido bem mais complicada se tivesse sido feita sozinha.

O meu profundo agradecimento a todos os que permitiram a realização desta dissertação de mestrado.

Resumo

Muito poucos estudos têm examinado como a separação conjugal ou divórcio dos filhos tem afectado a relação entre estes e os seus pais, particularmente quando voltam a viver na casa dos pais em consequência da separação conjugal ou divórcio.

O presente trabalho tem como objectivos gerais descrever a percepção de um dos progenitores sobre a sua relação com os filhos adultos quando estes regressam a casa dos progenitores depois de uma separação conjugal ou divórcio. Concretamente, pretende-se avaliar a natureza da relação em cinco dimensões (Associação, Afecto, Função, Consenso e Conflito), as áreas de vida mais afectadas com a separação conjugal dos filhos e o papel das variáveis sócio-demográficas nas variáveis relativas à relação e áreas de vida do progenitor.

No estudo participariam progenitores do sexo feminino e masculino cujos filhos estivessem separados e que vissem em coabitação no máximo há 4 anos, não tendo ainda desenvolvido uma relação íntima com outro parceiro. O instrumento de recolha de dados elaborado para o presente estudo foi uma entrevista semi-estruturada composta por questões de resposta aberta, fechada e em escalas de avaliação de 7 pontos.

A partir do presente estudo espera-se poder retirar algumas implicações para a prática clínica, ao nível da prevenção e da intervenção familiar, mais focalizada para as populações de idade mais avançada.

Palavras-chave: Relações Familiares; Pais; Filhos Adultos; Separação Conjugal;

Re-coabitação

Abstract

Very few studies have examined how children's marital separation or divorce affect parents and children relationships, in particular when children return to parents home because the marital separation or divorce.

The present study has the following main goals to describe the perception of one parent about his relationship with his adult child's when the child return parents home after the marital separation or divorce. In particular, we intend to evaluate the relationship nature in five dimensions (Association, Affect, Function, Consensus and Conflict), the live areas most affected with child marital separation and the role of demographic variables in relationship and live areas of parent.

In the study the participants would be men and women parents whose adult children's are in marital separation and cohabitation in most 4 years, and don't have a intimated relationship with other partner. The instrument to collect information made for this study are a semi-structured interview composed by open and close ended questions and rating-scales.

We hope that this study has some implications for the clinical practice, at the level of the familiar prevention and intervention, most concentrate in older populations.

Key-words: Familiar Relationships; Parents; Adult Children; Marital Separation; Recohabitation

Índice

Introdução.....	2
1. Relações entre Pais e Filhos Adultos.....	5
1.1. Modelo Desenvolvementista Sistémico	5
1.2. Modelo Intergeracional de Coesão-Conflito	7
2. Transições Familiares	9
2.1. A Família Pós-separação Conjugal.....	9
2.1.1. Adaptação dos Pais à Separação Conjugal dos Filhos.....	11
2.1.2. Relações entre Pais e Filhos Adultos após Separação Conjugal.....	12
Objectivos.....	16
Metodologia.....	17
1. Selecção e Obtenção da amostra	17
2. Instrumentos de Avaliação	17
3. Procedimentos	19
4. Análise de Dados.....	21
Discussão e Conclusão	23
Referências Bibliográficas.....	36
Anexos	

Introdução

As mudanças sócio-demográficas ocorridas a partir da segunda metade do século passado tiveram um impacto relevante na organização familiar, mantendo-se no entanto, o seu importante papel na sociedade. Novas atitudes e valores familiares surgiram fruto das alterações nos índices de mortalidade e consequente envelhecimento demográfico, e nas estruturas familiares com diferentes padrões de conjugalidade, divórcio e recasamento. Estas mudanças tiveram repercussões ao nível da reorganização e regulação de novas estruturas, papéis e regras nas relações entre os vários membros da família, nomeadamente nas relações entre progenitores e filhos adultos. O aumento da esperança média de vida, que em Portugal é de 81,57 anos para as mulheres e 75,18 anos para os homens, e o tamanho reduzido das famílias são os principais responsáveis por um aumento do número de anos de vivência comum entre vários membros da família (Cooney, 1997; Putney & Bengtson, 2001; Zarit & Eggebeen, 2002; Instituto Nacional de Estatística, 2008). A sobreposição de gerações deu lugar à sucessão das mesmas, sendo comum a coexistência de várias gerações no mesmo agregado familiar ou em agregados diferentes. A família multigeracional originou a necessidade do estudo do papel das gerações mais velhas na família (Farkas & Hogan, 1995; Bengtson, Biblarz & Roberts, 2002).

Os principais motivos para a escolha da realização deste estudo são de ordem empírica e pessoal.

A nível empírico existe diversas lacunas na temática das relações entre pais e filhos adultos, sendo ainda mais proeminente essa falha, quando se introduz outras variáveis na relação, como a existência de uma situação de separação conjugal ou divórcio.

Para além disso, estando a população idosa a tornar-se cada vez mais vasta é

necessário a realização de estudos sobre a mesma.

A nível pessoal, o interesse por populações de idades mais avançadas ficou bastante saliente na escolha e realização do próprio estágio académico.

A literatura sobre relações intergeracionais tem dado uma maior atenção à relação entre os progenitores e os filhos quando estes ainda são crianças ou adolescentes. A pouca investigação que existe sobre as relações entre pais e filhos adultos foca-se principalmente na assistência prestada pelos filhos quando os pais se tornam idosos (Lewis, 1990; Cooney, 1997; Zarit & Eggebeen, 2002).

Para além disso, a situação de coabitação entre pais e filhos adultos parece ter crescido nos últimos anos. Actualmente, apesar de não existir dados demográficos sobre esta realidade em Portugal, os filhos adultos tendem a continuar a viver nas casas dos pais até idades mais avançadas. A saída dos filhos de casa tem-se prolongado no tempo e ocorre, em muitos casos, apenas quando estes iniciam uma relação íntima em coabitação. Estes jovens tendem a ter dificuldades em emancipar-se dos pais quer a nível económico, como a nível emocional. Dadas as difíceis condições económicas e sociais actuais podemos encarar a situação como uma nova forma de organização familiar. A saída de casa mais tardia faz com que os filhos tenham dificuldade em desenvolver uma identidade própria e autonomia, o que se torna pouco adaptativo nessa fase do desenvolvimento do indivíduo (Gelles, 1995; Putney & Bengtson, 2001; Silveira & Wagner, 2006).

Outras situações podem levar a que os filhos voltem para casa dos seus pais, não por necessidade destes, mas por necessidade dos próprios filhos, como por exemplo quando ocorre situações de separação conjugal e divórcio dos pais (Putney & Bengtson, 2001).

Assim, o regresso a casa dos pais resultante da nova situação conjugal dos filhos

tornou pertinente a estudo da reorganização das relações entre progenitores e filhos adultos após a separação/divórcio destes últimos.

Este estudo pretende contribuir para o aumento do conhecimento na área das relações entre pais e filhos adultos, principalmente na re-coabitação após a separação/divórcio dos filhos. Assim, o presente estudo pretende descrever a percepção de um dos progenitores sobre a sua relação com os filhos adultos quando estes regressam a casa dos progenitores depois de uma separação conjugal ou divórcio.

A base conceptual adoptada neste estudo corresponde à integração de aspectos englobados em dois principais modelos:

a) Modelo Intergeracional de Coesão – Conflito de Bengtson, Giarrusso, Mabry e Silverstein (2002) desenvolvidos para o estudo das dimensões envolvidas numa relação entre pais e filhos adultos, e que aponta sete dimensões: Estrutura; Associação; Afecto; Consenso; Função; Normas; e Conflito. Este modelo tem uma visão da coesão familiar na qual não se considera a independência e o ciclo de vida familiar em que os pais e os filhos se encontram.

b) Modelo desenvolvimentista sistémico de Carter & McGoldrick (1989) que considera que sendo a família constituída por um conjunto de elementos interdependentes, um sistema, as mudanças num ou mais membros da família provocam efeitos em todo o sistema familiar. A família é compreendida consoante as fases do ciclo de vida em que se encontram. Assim, a separação conjugal ou divórcio dos filhos, com o conseqüente regresso a casa dos pais, irá influenciar dimensões pessoais, conjugais e relacionais da fase do ciclo de vida familiar em que cada um dos progenitores se encontra (Carter e McGoldrick, 1994).

1. Relações entre Pais e Filhos Adultos

1.1. Modelo Desenvolvimentista Sistémico

A teoria do Desenvolvimento Familiar não se foca apenas nos estádios de desenvolvimento mas também nas transições entre esses estádios. Esta perspectiva defende que as famílias se desenvolvem ao longo do ciclo de vida, e que esse desenvolvimento é influenciado pelo contexto social e histórico. Assim, os acontecimentos de vida numa geração influenciam os acontecimentos nas gerações mais próximas (Lewis, 1990; Zarit & Eggebeen, 2002).

Ao nível das relações entre pais e filhos adultos é necessário considerar o estágio do ciclo de vida em que cada um dos intervenientes da relação se encontra. A adopção de uma perspectiva de parentalidade ao longo do ciclo de vida permite uma melhor compreensão do processo relacional existente entre os pais e os filhos em idades mais avançadas (Zarit & Eggebeen, 2002).

Os pais e filhos adultos mesmo vivendo fora do agregado familiar parental, fazem parte do mesmo sistema familiar e influenciam-se mutuamente, sendo no entanto necessário reorganizar as relações familiares de acordo com as novas fases de desenvolvimento em que os pais e os filhos se encontram. Assim, quando os filhos são adultos e principalmente, quando saem de casa dos pais, a relação de dependência dos filhos transforma-se em relação de interdependência entre as duas gerações. Os familiares dão principalmente apoio (instrumental e/ou emocional) e assistência em tempos de necessidade. Existe uma reciprocidade na oferta e procura de apoio em ambas as gerações (Lewis, 1990; Cooney, 1997).

Nesta nova forma de relação de interdependência é necessária uma renegociação das fronteiras familiares, estabelecendo-se fronteiras claras, flexíveis e definidas. Esta

reorganização permite que cada um dos membros possa desempenhar os seus papéis e funções sem interferências, mas permitindo ao mesmo tempo troca de contacto e afectividade entre eles. Assim, é importante para um bom funcionamento da família que para além de uma permeabilidade equilibrada haja uma relação hierárquica de poder bem definida (Cooney, 1997).

A adopção de uma abordagem desenvolvimentista sistémica permite uma compreensão mais abrangente e compreensiva do funcionamento do ciclo familiar. Na fase da vida familiar em que os filhos atingem a idade adulta e em que alguns pais já têm eles próprios uma idade avançada, a um nível relacional, é importante para estes últimos o estabelecimento e manutenção de uma relação com os filhos semelhante a uma relação entre adultos, o restabelecimento da relação do casal como primária, dado que as responsabilidades parentais diminuem, e a formação de novas relações com os netos, com outros familiares e com os amigos. A um nível prático são necessários ajustamentos económicos às novas necessidades dos membros da família (despesas com a educação e formação dos filhos, casamento ou saída de casa dos filhos, reforma dos pais, cuidados médicos, etc.), bem como capacidades de prestação de cuidados aos membros mais idosos e apoio na educação dos netos. Nesta fase, os pais mais novos tendem a fazer um maior investimento a nível laboral, com a promoção da sua carreira, enquanto que os pais mais velhos tendem a lidar com o processo de reforma. A maior liberdade económica que advém da saída dos filhos de casa e das alterações profissionais permite um maior investimento nas áreas dos tempos livres. A nível emocional é necessário lidar com situações de incapacidade e morte dos membros mais velhos da família e do sistema social (cônjuge, familiares, amigos, vizinhos, etc.), com a saída dos filhos adultos de casa, com a existência de novos membros na família (genro/nora, netos, etc.) e com a adaptação ao processo de envelhecimento em geral

(Carter & McGoldrick, 1994; Gelles, 1995; Gerson, 1995; Herbert, 2004; Relvas, 2004).

1.2. Modelo Intergeracional de Coesão – Conflito

O Modelo Intergeracional de Coesão – Conflito (Bengtson, Giarrusso, Mabry & Silverstein, 2002) ajuda a compreender as relações entre os progenitores e os filhos adultos. Este modelo considera a família num contexto multigeracional, relativamente continuo ao longo do ciclo de vida no qual se dá uma maior atenção às relações familiares a longo – prazo (Knipscheer, 1988).

Inicialmente construído por Bengtson, Olander & Haddad (1976) foi sofrendo alterações devido a sucessivos estudos empíricos (Bengtson & Schrader, 1982; Bengtson & Roberts, 1991; Bengtson, Giarrusso, Mabry & Silverstein, 2002).

Actualmente o Modelo Intergeracional de Coesão – Conflito familiar inclui sete dimensões: Estrutura; Associação; Afecto; Consenso; Função; Norma e Conflito (Giarrusso, Silverstein, Gans & Bengtson, 2005), sendo definidas como:

1) Estrutura: oportunidades de interacção entre as gerações que se reflectem no número e tipo de membros do sistema familiar (qual o grau de parentesco entre eles, estatuto conjugal e adopções) e na proximidade geográfica entre esses membros;

2) Associação: frequência (quantidade de contactos), tipo de contactos e partilha de actividades intergeracionais (quando e onde ocorrem os contactos);

3) Afecto: grau de proximidade emocional, confiança e intimidade que os membros da família expressam sobre as suas relações e grau de reciprocidade desses sentimentos;

4) Consenso: grau de acordo nas opiniões, valores e estilo de vida intergeracionais (quão próximas são as opiniões, valores e estilos de vida entre os vários elementos da família);

5) Função: grau e tipo de apoio dado e recebido entre os membros da família a nível instrumental e emocional;

6) Normas: grau de obrigação e expectativas sobre as interações e assistência entre os membros da família;

7) Conflito: grau de tensão ou desacordo, mesmo que não expressa abertamente, entre os membros da família.

Estas dimensões podem ser consideradas como tendo alguma estabilidade nas dinâmicas familiares, podendo no entanto ter expressões diferentes quando ocorrem alterações familiares, como por exemplo, quando a família passa por um processo de separação conjugal ou divórcio (Daatland, 2007).

O Modelo considera que uma maior coesão familiar significa um nível elevado das dimensões Função, Afecto, Consenso, Associação e Normas, e um nível relativamente baixo da dimensão Conflito

No entanto, várias críticas são apontadas a este modelo. O equilíbrio entre uma grande similaridade e uma grande diferença entre as relações de pais e filhos não é tido em conta. Assim, a necessidade de independência entre os pais e os filhos adultos não é considerada. (Cooney, 1997).

Outra das críticas apontadas é a de não ter em conta que uma relação entre filhos adultos e pais depende da idade que estes têm. A interdependência entre pais e filhos adultos é diferente consoante a idade dos filhos e dos progenitores. Pais mais velhos serão, por razões ligadas ao próprio envelhecimento, mais dependentes dos filhos que pais mais novos (Cooney, 1997).

Apesar das críticas apontadas ao modelo, a adopção das dimensões do modelo para realização deste trabalho deve-se a este representar um esforço continuado em desenvolver e testar uma teoria que permita compreender o relacionamento familiar e

que tem sido utilizado em diversos estudos (e.g., Bengtson e Schrader, 1982; Atkinson, Kivett & Campbell, 1986 citado por Silverstein, Bengtson e Lawton, 1997; Rossi & Rossi, 1990 citado por Silverstein, Bengtson e Lawton, 1997; Bengtson & Roberts, 1991; Lee, Netzer & Cowar, 1994 citado por Silverstein, Bengtson e Lawton, 1997; Silverstein, Bengtson e Lawton, 1997; Putney e Bengtson, 2001; Bengtson, Giarrusso, Mabry & Silverstein, 2002; Giarrusso, Silverstein, Gans & Bengtson, 2005; Gaalen & Dykstra, 2006).

2. Transições Familiares

As alterações sócio-demográficas, como o aumento do número de divórcios e recasamentos, fazem com que os modelos tradicionais de explicação do funcionamento familiar não estejam adaptados a estas novas realidades. Os novos formatos familiares levaram ao desenvolvimento de modelos do ciclo de vida individual e familiar mais complexos. Estes novos modelos percebem o indivíduo ao longo de diversas transições (conjugais e familiares), nas quais diversas regulações e reestruturações são necessárias (Carter & McGoldrick, 1994).

2.1. A Família Pós-separação Conjugal

Inicialmente, na década de 50, a separação conjugal foi inserida numa perspectiva negativista, ou seja, como um desvio psicológico, moral ou social, com efeitos negativos para todos os envolvidos. Após a separação conjugal, a família era encarada como incompleta e destruída pois apenas sobressaíam os efeitos adversos. O aumento do número de separações conjugais e divórcios, assim como o aumento do número de estudos com resultados discordantes sobre os efeitos dos mesmos, levou a

que se adoptasse uma nova perspectiva, mais positiva e realista do processo de separação conjugal (Kitson & Holmes, 1992).

A partir da década de 80 as teorias dos sistemas passaram a ser utilizadas na compreensão do processo de separação conjugal e divórcio. Estes modelos teóricos enfatizam uma visão holística e dinâmica da família, e consideram a separação conjugal ou o divórcio como um processo que envolve desequilíbrio e necessidade de reorganização das relações familiares a nível das regras que regulam as interações familiares. A dissolução conjugal implica diferentes padrões de reorganização e redefinição do sistema familiar alargado e nuclear, em que se estabelecem novas regras, novas fronteiras e novas formas de interação (Ahrons & Rodgers, 1987; Cowan, 1991; Connidis, 1992; Relvas, 2004; Fine, Ganong & Demo, 2005).

Grande parte dos modelos explicativos do processo de adaptação à separação conjugal centra-se apenas ao nível individual, relegando para segundo plano as interações existentes entre os diversos membros. O modelo de Ahrons (1980) constitui um esforço para a compreensão do processo de adaptação familiar à separação conjugal. A separação conjugal envolve uma transição familiar, que resulta na redefinição e reorganização do sistema familiar (Ahrons & Rodgers, 1987; Peck e Manocherian, 1994).

Segundo Ahrons (1980) o processo de adaptação familiar à separação conjugal ocorre ao longo de cinco fases:

- 1) Cognição individual: reconhecimento de conflito interpessoal e/ou insatisfação na relação conjugal. Pelo menos um dos membros do casal tem tendência em afastar-se emocionalmente do outro e a fazer um menor investimento na relação.

- 2) Matacognição familiar: o estado de insatisfação torna-se mais generalizado e é partilhado com outros membros da família. Nesta fase é comum existirem conflitos e

sentimentos de ambivalência, dado que os laços emocionais entre os membros do casal ainda estão presentes. É comum haver a preparação para as mudanças após a separação conjugal;

3) Separação sistémica ou física: a separação é formalizada, sendo estabelecidos acordos sobre bens, cuidados dos filhos e responsabilidades parentais. Nesta fase as tensões podem aumentar e os conflitos e emoções negativas tendem a desenvolver-se;

4) Reorganização sistémica: divisão do sistema familiar inicial em dois subsistemas – sistema binuclear. São definidas novas fronteiras e regras familiares nos padrões de relacionamento entre os diversos membros da família.

5) Redefinição familiar: corresponde à reorganização familiar emergindo uma nova definição de família e um novo sentido de identidade familiar. A redefinição do self é feita em relação aos outros e a redefinição familiar é feita em relação a outras pessoas dentro e fora da família.

Principalmente a partir dos anos 80 a investigação tem-se debruçado sobre as alterações na estrutura e organização da família no período dinâmico de reorganização após divórcio, nomeadamente quanto às renegociações das relações no sistema familiar binuclear (Ahrons & Rodgers, 1987; Johnson, 1988, Peck & Manocherian, 1994).

2.1.1. Adaptação dos Pais à Separação Conjugal dos Filhos

Existe uma grande lacuna na área de investigação sobre a adaptação dos pais ao divórcio dos filhos. Os estudos realizados nesta temática são pouco frequentes, tendo sido no entanto ainda possível retirar algumas conclusões sobre esse mesmo ajustamento através de estudos realizados na década de 90, nos quais se chegaram às seguintes evidências: a) a dissolução conjugal dos filhos, principalmente das filhas, provoca quase sempre sentimentos negativos como perda, aborrecimento e impotência.

Estes sentimentos são mais visíveis nas gerações de pais mais idosos; b) Os pais cujos filhos estiveram casados durante mais tempo têm maior dificuldade em aceitar o divórcio, e consequentemente maior dificuldade de ajustamento; c) a maioria dos pais avalia a sua própria responsabilidade e a sua eficácia enquanto progenitor quando os filhos se divorciam; d) os pais mais idosos tendem a utilizar os seus sistemas de apoio e os seus recursos; e) os pais mais idosos demonstram incerteza na determinação de regras apropriadas e no nível de envolvimento na vida dos seus filhos divorciados (Hamon e Cobb, 1993; Pearson, 1993).

2.1.2. Relações entre Pais e Filhos Adultos após Separação

Conjugal

De uma forma geral os estudos apontam para um aumento de contacto entre os parentes consanguíneos, quando a relação anterior ao divórcio era de boa qualidade, e uma diminuição entre os parentes pelo casamento ou afinidade (*in-law*). Esta diferença torna-se mais saliente se não existirem crianças da relação conjugal que se dissolveu. Apesar de ser maior o contacto entre pais, filhos e netos, principalmente se existe proximidade geográfica, se um dos progenitores não tem a guarda dos filhos, a relação dos netos com os avós tende a declinar com o tempo. Contudo, existe ainda assim um sentido de obrigação, e algumas mães com a guarda dos filhos continuam a contactar com os avós paternos dos filhos para que estes não percam os laços criados durante o casamento (Isaacs & Leon, 1986; Ambert, 1988; Johson, 1988; Roberto, 1990; Myers & Perrin, 1993, Hilton & Macari, 1997; Araújo & Dias, 2002, Ehrenberg & Smith, 2003).

Face ao divórcio dos filhos adultos é importante que as regras relacionais que eram utilizadas quando estes eram casados sejam redefinidas. A maioria dos pais e dos

filhos têm dificuldade em aceitar este novo estatuto dado que se coloca a possibilidade de voltar a ser dependentes dos pais. Juntamente com a perda do estatuto de independência de alguma forma já alcançado pela saída de casa quando do casamento, há um agravamento na dificuldade de aceitação do novo estatuto, pelo facto de nesta fase de vida ser expectável que os filhos fossem adultos autónomos e independentes (Jonhson, 1988).

Vários estudos têm sido desenvolvidos para compreenderem as relações intergeracionais entre pais e filhos após o divórcio dos segundos. As principais conclusões retiradas desses estudos são:

a) Os indivíduos tendem a procurar diferentes tipos de suporte na sua rede social: os amigos para apoio emocional e os pais para apoio instrumental. Enquanto as mulheres maioritariamente procuram apoio instrumental, os homens procuram mais frequentemente apoio emocional nos familiares. Progressivamente os homens voltam-se para os “amigos” para obter a ajuda e apoio que necessitam. Estes resultados têm sido explicados tendo em conta o facto da guarda dos filhos ser maioritariamente atribuído às mulheres e assim necessitarem de maior apoio instrumental (Gerstel, 1988; Jonhson, 1988; Connidis, 1992; Spitze, Logan, Deane & Zerger, 1994, Hamon, 1995).

b) As mulheres dão igual apoio aos pais quer estejam casadas ou divorciadas. Os homens dão menos apoio aos pais que as mulheres, aumentando essa diferença quando ocorre o divórcio, após o qual os homens tendem a ser ainda menos apoiantes com os pais (Spitz, Logan, Deane & Zerger, 1994).

c) As mulheres continuam a manter as relações com os mesmos parentes que tinham anteriormente ao divórcio enquanto os homens interagem com maior número de parentes. Ambos os sexos aumentam o contacto com os pais após o divórcio, contudo esse contacto vai declinando ao longo do tempo (Gerstel, 1988, Jonhson, 1988,

Connidis, 1992).

d) Os indivíduos apesar de considerarem de um modo geral que a relação quer com a sua mãe quer com o seu pai é positiva, identificam particularmente a mãe como uma amiga e confidente. Após o divórcio é comum uma maior aproximação emocional e um maior fortalecimento dos laços familiares com os pais (Jonhson, 1988).

e) A existência anterior ao divórcio de uma boa relação intergeracional parece estar relacionada com transformações positivas na relação após o divórcio. Assim, salienta-se a importância de conhecer as relações existentes entre as gerações antes do divórcio para se poder compreender melhor as relações após a ocorrência do mesmo (Connidis, 1992; Putney e Bengtson, 2001).

Peixoto e Luz (2007), num estudo sobre o regresso dos filhos adultos a casa dos pais em consequência da existência de um divórcio chegaram às seguintes conclusões:

a) É necessária a reorganização do espaço de modo a que sejam criados lugares para que o membro que regressa possa ser recebido;

b) É comum os filhos se tornarem dependentes e necessitarem de apoio financeiro e emocional dos pais para manter e educar as suas crianças. Muitas vezes, os avós têm de assumir responsabilidades ligadas ao cuidado dos netos;

c) A nível das regras da casa dos pais, pode haver ou uma pressão para que estas sejam obedecidas. Muitas vezes os pais prescindem das suas próprias necessidades em detrimento das dos filhos, ficando a autonomia de cada um posta em segundo plano e o suporte familiar pode ficar associado a sentimentos negativos;

d) A nível das relações intergeracionais, e tendo em conta que os pais tendem a querer participar activamente na vida dos filhos, principalmente quando existe netos, a possibilidade de surgirem relações mais tensas é muito elevada.

As rupturas entre pais e filhos na situação de re-coabitação são frequentes

mesmo em famílias com laços familiares bastante forte. Estas rupturas dão-se devido à necessidade de equilíbrio entre as diferentes visões do mundo, valores e comportamentos que as diferentes gerações apresentam. A necessidade de privacidade e de controlo pessoal são elementos que provocam tensão e que levam à criação de estratégias para evitar conflitos. É então necessário que haja respeito pelos limites e que as expectativas de cada um dos membros da família sejam claras (Peixoto & Luz, 2007).

As relações familiares, ao contrário do que o senso comum faz transparecer, não se limitam a relações positivas. A existência de conflitos entre as gerações é relativamente frequente, devido de todo um conjunto de sentimentos ambivalentes que co-existem nos membros de uma mesma família. (Peixoto & Luz, 2007).

Pode-se concluir então que para uma re-coabitação harmoniosa é necessário que durante a reorganização do sistema haja uma boa coesão familiar.

Objectivos

Como foi referido anteriormente na introdução deste trabalho o objectivo deste estudo de natureza exploratória é compreender a percepção dos pais sobre a natureza das relações com os seus filhos adultos quando estes experimentam um processo de separação conjugal e necessitam de voltar para sua casa.

Com base no Modelo Intergeracional de Coesão – Conflito de Bengtson, Giarrusso, Mabry & Silverstein (2002) e no Modelo desenvolvimentista sistémico (Carter e McGoldrick, 1989) determinou-se os seguintes parâmetros de avaliação da relação:

a) Natureza da relação nas dimensões Associação; Afecto; Consenso; Função e Conflito após a separação conjugal.

b) Áreas mais afectadas com o regresso dos filhos a casa: área profissional, tempos livres e relação conjugal.

Para complementar o estudo descritivo da relação entre pais e filhos adultos, o presente estudo tem também como objectivo explorar o papel de algumas variáveis sócio-demográficas nas diferentes dimensões da relação e nas áreas afectadas pela separação conjugal. As variáveis sócio-demográficas consideradas relativamente ao progenitor foram o género e a idade, e relativamente ao filho separado foram a existência de filhos, a idade dos filhos, guarda dos filhos e a duração da separação conjugal.

Metodologia

1. Selecção e Obtenção da Amostra

A amostra seria constituída por mulheres e homens, mãe e pais de indivíduos que após a separação conjugal tivessem voltado para casa dos pais. Apesar de na literatura ser referido que as mães reagem mais fortemente ao divórcio das filhas, os resultados dos estudos de Pearson (1993) não mostram discrepâncias entre ambos os progenitores. Contudo, é referido que é mais fácil as mães acederem à participação nos estudos, esperando-se que houvesse uma amostra feminina maior que masculina.

Para a selecção da amostra seria ainda necessário que o filho separado estivesse em re-coabitação com o progenitor no máximo há 4 anos para que se encontrassem na fase de *Reorganização Sistémica* ou de *Redefinição Familiar* do Modelo de Ahrons (1980), e que o filho separado não vivesse maritalmente com nenhum parceiro, pois o adicionar dessa variável tornaria o estudo mais complexo.

O procedimento de obtenção da amostra que seria utilizado neste estudo seria a “bola de neve”. Este procedimento consiste na referência e acesso a sujeitos, que correspondessem aos critérios estabelecidos, através da rede de conhecimentos dos aplicadores. Este procedimento seria utilizado nesta investigação pela maior facilidade de acesso à amostra.

2. Instrumento de Avaliação

Para recolher informação sobre a percepção de um dos progenitores sobre a relação com os filhos separados elaborou-se uma entrevista semi-estruturada (Anexo I) constituída pelas seguintes partes:

I – Características sócio-demográficas relativas ao próprio e ao filho

Esta secção permite caracterizar a amostra em estudo. Nela é recolhida informação sobre o género, idade, nível de escolaridade, número de filhos, idade dos filhos e constituição do agregado familiar. É recolhida também informação sobre o filho divorciado, nomeadamente género, idade, escolaridade, número de filhos, idade dos filhos, guarda dos filhos e duração da separação conjugal.

II – Características relacionais

A informação recolhida nesta secção é referente aos aspectos relacionais propriamente ditos. São estudadas as dimensões Associação, Afecto, Função e Conflito da relação depois da separação conjugal aquando a re-coabitação. Estas dimensões são apenas consideradas como classes para permitir uma melhor categorização, ou seja, apesar de serem consideradas as suas definições, as medidas de variáveis não são de carácter dicotómico como são apresentadas na investigação com o modelo subjacente

A dimensão Associação avalia a frequência de contacto relativamente a um dia típico, pela compreensão dos meios utilizados para esse contacto e pelo tipo de actividades partilhadas entre os progenitores e os filhos. A frequência de contacto é operacionalizada através de uma escala de avaliação de 1 a 7, em que 1 significa nunca e 7 significa muito frequente.

A dimensão Afecto avalia a proximidade afectiva que o progenitor sente em relação ao seu filho, tendo sido esta variável operacionalizada e medida através de uma escala de avaliação de 1 a 7, em que 1 significa muito distante afectivamente e 7 muito próximo afectivamente.

A dimensão Função avalia o suporte emocional e instrumental dado e recebido pelo progenitor, através do questionamento do tipo de apoio dado e recebido.

A dimensão Consenso é medida pelo grau de acordo nas opiniões e valores entre os pais e os filhos, tendo sido operacionalizada esta variável através da utilização de uma escala de avaliação de 1 a 7, em que 1 significa muito desacordo nas opiniões e valores e 7 muito acordo nas opiniões e valores.

A dimensão Conflito avalia a existência de tensões e conflitos num dia típico. A frequência de conflito é operacionalizada através de uma escala de avaliação de 1 a 7, em que 1 significa nunca e 7 significa muito frequente.

III – Áreas de vida do progenitor

Esta secção pretende compreender o impacto que a re-coabitação dos filhos após a separação conjugal teve nas diferentes áreas de vida do progenitor. As áreas consideradas são: área profissional, tempos livres e relação conjugal. Estas áreas seriam operacionalizadas através de uma escala de avaliação de 1 a 7, em que 1 significa nada afectada e 7 significa muito afectada.

3. Procedimentos

Para aplicação das entrevistas seriam treinados entrevistadores de modo a que fosse possível uma aplicação a um maior número de sujeitos.

Estes entrevistadores necessitariam de possuir algum conhecimento sobre as técnicas de entrevista semi-estruturada e seriam expostos a sessões de informação sobre as relações entre pais e filhos adultos, sobre o processo de separação conjugal e sobre a explicitação dos objectivos e dos procedimentos utilizados na recolha de dados.

Cada potencial entrevistado era contactado através de telefonema ou pessoalmente com o auxílio da fonte de referência. Nesse contacto eram explicados os objectivos e era garantido a confidencialidade, sendo pedido autorização para que a

entrevista fosse gravada. Em caso de aceitação de todos os parâmetros era marcado o dia, hora e local de aplicação da entrevista

Para que fosse possível adequar as questões da entrevista e treinar os investigadores na aplicação da mesma seria realizado primeiramente um estudo piloto numa sub-amostra não pertencente à amostra final do estudo. Após a realização desse estudo piloto as perguntas poderiam ser mantidas, reformuladas, sequenciadas de modo diferente ou até mesmo retiradas da entrevista, se não se revelassem adequadas e pertinentes. Esta aplicação piloto também permitiria retirar informação sobre o tempo de aplicação da entrevista e sobre a sua adequação.

Após a realização do estudo piloto e após a reorganização do guião da entrevista, proceder-se-ia à sua aplicação. Essa aplicação seria realizada num local calmo, confortável, luminoso e com a menor possibilidade de interrupção.

Essa entrevista seria gravada para que fosse possível que o entrevistador estivesse extremamente atento à conversa, não tendo de estar preocupado com o que o entrevistado estava a dizer. Este método tem a desvantagem de poder ser um inibidor da conversa, contudo passado algum tempo o entrevistado adaptasse e o gravador deixa de ter um efeito tão marcante. Para que o efeito do gravador fosse diluído, o início da entrevista com perguntas sobre variáveis sócio-demográficas poderia ser uma boa estratégia de “quebra-gelo”, já que não iriam fazer referência a assuntos de grande intimidade.

As questões do guião cujas respostas seriam através de escalas de avaliação seriam entregues em cartões individuais, sendo o próprio sujeito a assinalar a resposta.

4. Análise de Dados

Os dados do presente estudo seriam analisados através de metodologia qualitativa e quantitativa dependendo da natureza das variáveis em estudo.

A nível qualitativas as questões abertas seriam analisadas utilizando um processo de análise de conteúdo. Após a transcrição das entrevistas as respostas seriam codificadas e categorizadas.

A representação da análise de conteúdo seria composta por uma grelha, na qual era descritas as categorias de respostas, as suas subcategorias, os indicadores dessas subcategorias e a frequência da ocorrência desses indicadores.

A nível quantitativo, as variáveis demográficas seriam analisadas descritivamente, sendo calculadas as suas frequências e percentagens. Estas variáveis permitiriam a caracterização da amostra do presente estudo.

As questões avaliadas por escalas de avaliação de 7 pontos seriam compreendidas também através de análise descritiva das variáveis, procedendo-se ao cálculo das frequências, percentagens e médias. Esta análise permitiria a caracterização da amostra quanto às dimensões das relações entre pais e filhos adultos separados, bem como das áreas de vida afectadas pela separação conjugal desses mesmos filhos.

Para compreender o papel das variáveis sócio-demográficas nas dimensões da relação e nas áreas de vida dos progenitores seriam analisadas as diferenças entre as médias das respostas de cada uma das dimensões e das áreas, para cada uma das variáveis sócio-demográficas. As variáveis sócio-demográficas seriam transformadas em variáveis dicotómicas de forma a que fossem formadas duas amostras independentes para cada uma das variáveis, facilitando a análise dos dados e permitindo a utilização de um teste t de amostras independentes. As variáveis sócio-demográficas seriam compostas pelas seguintes amostras:

1 – Progenitor

a) Género do Progenitor – Masculino/ Feminino

b) Idade do Progenitor – Menos ou igual a 65 anos/ Mais de 65 anos

2 – Filho Separado

a) Género do Filho – Masculino / Feminino

b) Existência de Filhos – Com filhos/ Sem filhos

c) Idade dos Filhos – Menos de 18 anos/ Mais ou igual a 18 anos

d) Guarda dos Filhos – Com guarda/ Sem guarda

e) Duração da Separação Conjugal – Menos de 2 anos/ Mais ou igual a 2 anos

Discussão e Conclusão

O presente estudo pretende compreender a percepção dos pais sobre a natureza da sua relação com os filhos adultos separados durante a experiência de re-coabitação. Tendo em conta que este estudo é um projecto de investigação e que não foram obtidos resultados, segue-se uma breve discussão dos possíveis resultados obtidos tendo por base a revisão de literatura efectuada. Contudo, sendo um estudo exploratório e sabendo-se que existe pouca informação sobre a temática é possível que alguns resultados não sejam previsto, principalmente nas questões abertas da entrevista.

Quanto às características relacionais as cinco dimensões consideradas, Associação, Afecto, Função, Consenso e Conflito, podem ter todo um conjunto de resultados, sendo estes dependentes da natureza de cada uma das variáveis.

Relativamente à dimensão Associação, estando os pais e os filhos a viverem num local comum é espectável que haja alguma frequência de contacto. Contudo pode não haver contacto ou este ser pouco frequente por questões de horário laboral ou por qualquer outra razão. A literatura aponta todo um conjunto de meios de contacto, sendo os mais referidos o contacto cara-a-cara, os telefonemas, os mails e os bilhetes ou cartas. Estando os pais e os filhos a coabitarem espera-se que durante as entrevistas seja referido como o meio de contacto mais utilizado o contacto cara-a-cara. Contudo, devido ao avanço das novas tecnologias, é cada vez mais frequente o uso de meios digitais para comunicar, nomeadamente as mensagens telefónicas (sms), os comunicadores instantâneos (Messenger, Odigo, Camfrog Video Chat...), etc.

Quanto às actividades partilhadas podem ser obtidas respostas de actividades mais comuns, do dia a dia, ou actividades mais esporádicas. Como actividades mais comuns, podem ser referidas a partilha de refeições, de actividades de tempos livres, de tarefas domésticas, etc. Como actividades mais esporádicas podem ser referidas as datas

festivas (Natal, Páscoa, Aniversários...) e as férias. Contudo, sendo esta questão de resposta aberta não é possível prever todas as respostas possíveis, sendo provável obter outro tipo de respostas que não os referidos anteriormente.

O questionamento da frequência de contacto, dos meios de contacto, das actividades partilhadas, permitirá caracterizar a relação entre pais e filhos adultos separados em relação à dimensão Associação.

Relativamente à dimensão Afecto os resultados podem ser bastante dispersos, pois na literatura aparece uma grande variedade de respostas quanto ao grau de aproximação emocional entre os familiares. Como não existe informação sobre esta dimensão relativamente a filhos separados, este estudo permitirá a caracterização da relação quanto a esta dimensão.

Quanto à dimensão Função, sendo uma questão de resposta aberta pode haver todo um conjunto de respostas. Contudo, na literatura é referido a existência de dois tipos de apoio, o apoio instrumental e emocional. No apoio emocional é expectável que seja referido o dar conselhos, o ser um confidente, o ser aceite e receptivo, etc. No apoio instrumental é expectável que seja referido o apoio financeiro, o cuidado dos netos e estando os filhos a coabitarem com os pais o apoio nas tarefas domésticas. Na literatura é ainda referido que alguns pais apoiam os filhos na procura de assistência externa para resolução dos seus problemas. A literatura sobre a separação conjugal ou divórcio dá um grande peso à dimensão Função. Em muitos dos estudos sobre a temática foram explorados os tipos de apoio e a sua frequência. Nesses estudos, o tipo de apoio mais referido é o instrumental, mais propriamente o apoio financeiro e a ajuda no cuidado das crianças dos filhos separados. Os pais dos filhos separados são vistos na literatura como um meio de suporte para estes.

Nesta dimensão o apoio é avaliado não apenas com o que é dado mas também

com o que é recebido. Assim, os diferentes tipos de apoio referidos anteriormente podem ser dados ou recebidos pelos progenitores. Contudo, estando os filhos a passarem pelo processo de divórcio, e tendo estes filhos ido para casa dos pais por estes serem um recurso, é expectável que o apoio dado seja maior do que o recebido. No entanto, estando pouco explorado teórica e empiricamente o ajustamento dos pais à separação conjugal ou divórcio dos filhos, pode haver necessidade por parte deste de receber maior apoio dos filhos, principalmente quando estes têm de partilhar uma mesma habitação. Assim, a consideração da variável ajustamento dos pais em estudos posteriores poderá possibilitar a compreensão das diferentes expressões das dimensões da relação.

Este estudo permitirá explorar e esclarecer quais os tipos de apoio dados e recebidos pelos progenitores e também permitirá comparar os diferentes tipos de apoio dados e recebidos, que numa situação de separação conjugal poderão ser mais intensos.

Relativamente à dimensão Consenso os resultados podem apontar diversos graus de acordo nas opiniões e valores entre o progenitor e o filho. Como não existe informação sobre esta dimensão relativamente a filhos separados, este estudo permitirá a caracterização da relação quanto a esta dimensão.

Quanto à dimensão Conflito os resultados apontarão a frequência de conflito entre o progenitor e o filho. Na literatura, o conflito é caracterizado como sendo relativamente frequente entre progenitores e filhos que têm de partilhar a mesma casa. A necessidade de redefinição das regras da casa e da própria relação poderão desencadear conflitos em indivíduos com dificuldade de adaptação a novas situações. A rigidez de qualquer uma das partes para que se mantenha o funcionamento das relações familiares como anteriormente poderão levar a que se tenha uma maior frequência de conflito. Para além disso, o regresso a casa do progenitor pode levar a que a independência do

filho seja posta em causa, quer através da imposição de regras, quer através da tendência em querer participar activamente na vida do filho. Muito frequentemente os pais tendem a querer dar conselhos e a querer impor os seus ideais mesmo que sejam incompatíveis com as visões, valores e comportamentos dos filhos. A necessidade de uma flexibilidade em ambas as partes é apontada como fundamental para uma maior harmonia num processo de re-coabitação.

Este estudo permitirá caracterizar a dimensão Conflito relativamente à sua frequência quando ocorre a reorganização das relações familiares durante o processo de re-coabitação após separação conjugal de um filho.

Relativamente às áreas de vida do progenitor afectadas pelo regresso do filho a casa após separação conjugal foram consideradas três grandes áreas: Área profissional, Tempos livres e Relação conjugal. A escolha destas três áreas como principais deve-se a estas serem as áreas onde existe um maior investimento na etapa do ciclo de vida familiar em que se encontram os progenitores de idade mais avançada.

Quanto à área profissional a literatura diz-nos que os progenitores mais novos tendem a fazer um maior investimento na carreira quando os filhos saem de casa, pois dispõem de mais tempo e disponibilidade para investir nessa área. Os progenitores mais idosos ao nível profissional tendem a pedir a reforma para poderem desfrutar das situações do dia-a-dia sem a pressão de uma carreira profissional para gerir. O regresso do filho separado pode afectar mais ou menos a área profissional, dependendo do investimento que o progenitor exerce nessa área. Se o progenitor a nível profissional se encontra reformado, o regresso do filho não deverá afectar essa área. Se pelo contrário o progenitor está a investir no aumento da carreira profissional, a necessidade de reorganizar a relação com o filho e de readaptar a própria casa pode lhe exigir tempo, afectando em maior grau o seu investimento na carreira. Assim, a idade e situação

profissional do progenitor podem ser variáveis que influenciam o impacto da separação conjugal do filho na área profissional. Além disso, a percepção que o progenitor faz do regresso a casa do filho pode influenciar a percepção do impacto da separação conjugal na área profissional. Os progenitores que percebem o regresso dos filhos como sendo algo positivo e que facilmente gerem esta nova interação poderão perceber um menor impacto da separação conjugal na área profissional. Assim, a percepção do retorno do filho a casa pode ser uma variável a ser tida em conta num estudo posterior.

Quanto à área dos tempos livres a literatura diz-nos que os pais, tendo maior disponibilidade com a saída dos filhos de casa e tendo maiores recursos económicos, tendem a investir na área dos tempos livres, desenvolvendo tarefas, muitas vezes novas, que até então tinham alguma dificuldade em realizar pela existência de menor tempo livre. Assim, e principalmente quando os progenitores se reformam, a área dos tempos livres ganha grande peso na vida dos progenitores. O regresso de um filho a casa poderá levar a que haja a necessidade de uma maior partilha de tempo com esse filho, e assim haja uma redução de tempo dispendido para satisfação das necessidades do próprio nas actividades de tempos livres. Este impacto poderá ser tanto maior quanto maior for a dificuldade de gerir a nova situação familiar. Os progenitores que necessitem de despende maior tempo na reorganização familiar e que se disponham a satisfazer as necessidades dos seus filhos em detrimento das suas, possivelmente terão menor tempo para desenvolver actividades de tempos livres. Contudo, tal como foi referido na área profissional, a maior flexibilidade e facilidade de gestão da nova situação possibilitarão que os progenitores que estabeleçam fronteiras definidas e claras possam dispor de algum tempo para as suas satisfações pessoais.

Relativamente à área da relação conjugal, a literatura diz-nos que a saída dos filhos de casa permite que o casal possa reinvestir na sua relação conjugal pois a

existência de maior tempo de partilha entre apenas os dois possibilita um maior contacto e fortalecimento dos laços conjugais. Muitas vezes, é nesta fase que o casal tem maiores conflitos pois a centração na sua relação conjugal possibilita o surgimento de diferenças e desentendimentos que até então estavam relegados para segundo plano pela necessidade de centração na educação dos filhos. Assim, o impacto da separação conjugal dos filhos adultos e da sua consequente re-coabitação pode afectar a relação conjugal dos progenitores, principalmente quando o casal tem um grande investimento nesta área. Assim, o maior ou menor impacto pode estar relacionado com o maior ou menor investimento na relação conjugal. Para além do investimento, tal como nas áreas de vida anteriores, a maior flexibilidade na reorganização familiar e a definição de fronteiras flexíveis e claras, poderá permitir uma maior organização familiar e um menor impacto da separação conjugal do filho na relação conjugal do progenitor.

O presente estudo permitirá perceber em que grau a separação conjugal do filho e o consequente regresso a casa dos pais afecta três grandes áreas de vida dos progenitores. O estudo permite também perceber qual a área de vida em que a separação conjugal do filho parece ter um maior impacto.

Relativamente ao papel das variáveis sócio-demográficas nas diferentes dimensões da relação podem ser expectáveis diversos resultados.

A variável género do progenitor pode ter expressões diferentes nas dimensões. As mães em muitos estudos são vistas como tendo graus mais elevados de Associação, Afecto e Consenso. Contudo, uma das grandes limitações dos estudos é a amostra feminina ser relativamente maior que a masculina, e desse modo ser mais comum encontrar nas mães resultados significativos. Apesar disso, alguns estudos consideram que os homens também são afectados pela separação conjugal dos filhos e muitas vezes apresentam problemas de ajustamento a esta nova reorganização familiar. Esses estudos

consideram que os pais e as mães não tenderão a ter resultados muito diferentes quanto às dimensões das relações familiares.

Quanto à dimensão Conflito, os estudos não têm considerado a variável género do progenitor, sendo uma das razões para a adopção desta variável no presente estudo. Contudo, famílias de padrões mais tradicionais, onde as mães têm à sua responsabilidade o cuidado dos filhos podem ter valores mais elevados na frequência de conflito por terem uma maior interacção com estes. Por outro lado, os pais podem ter graus de conflito mais elevados neste tipo de famílias por considerarem a separação conjugal como algo inaceitável. Assim a avaliação do grau de aceitação da separação conjugal dos filhos pode ser importante para a compreensão das diferentes expressões da dimensão Conflito. Para além do grau de aceitação da separação conjugal, a variável tipo de família poderá permitir o entendimento das diferentes expressões das dimensões da relação, sendo o seu estudo sugerido para investigação posterior.

As dimensões da relação poderão ter diferentes expressões considerando a variável idade do progenitor. Esta variável foi dividida em dois grupos, os progenitores com idade igual ou inferior a 65 anos e os progenitores com idade superior a 65 anos. De acordo com a literatura os pais mais idosos tendem a ser mais dependentes dos filhos e a terem valores mais elevados nas dimensões Associação, Afecto, Função e Consenso, e valores mais baixos na dimensão Conflito. Contudo, esses estudos não consideram a variável separação conjugal nem a re-coabitação, sendo possível que a expressão das dimensões possa ser diferente. Por exemplo, os progenitores mais idosos tendem a estar já reformados e a estarem mais presentes em casa, sendo mais provável que haja maior contacto com os filhos, que se tornem mais próximos destes e que os apoiem mais. Ao mesmo tempo, se passam mais tempo com esses filhos é possível que tenham maior possibilidade de frequência de conflito. Por outro lado, pais mais idosos poderão

necessitar de maior cuidado dos filhos, podendo assim ter resultados mais baixos na dimensão Função.

Considerando a variável género do filho as dimensões da relação poderão ter várias expressões. A literatura saliente o facto de a maioria dos estudos se referirem apenas às filhas pois grande parte das vezes são estas que ficam com a guarda das crianças. Além disso é mais comum haver investigação com as filhas pois é mais fácil o acesso a estas. Esses estudos salientam que ao nível da dimensão Função as filhas tendem a procurar mais apoio instrumental e tendem a dar mais apoio aos progenitores que os filhos em situação de separação conjugal. Os estudos não têm mostrado diferenças entre o género dos filhos nas dimensões Associação e Afecto.

Quanto à dimensão Conflito os estudos não têm considerado a variável género dos filhos. Assim, podem ser esperados resultados diferentes nas filhas e nos filhos se forem consideradas por exemplo variáveis como a dependência dos filhos. Os progenitores que consideram que devem intervir na vida dos filhos poderão levar a que o grau de conflito seja maior nos filhos que nas filhas, pois em famílias tradicionais tendem a ser mais independentes. Por outro lado o grau de conflito pode ser maior nas filhas se se tiver em conta que estas possuem na sua maioria a guarda das crianças e que necessitam de maior envolvimento parental. Os progenitores podem considerar que maior envolvimento é sinal de maior influência na vida das filhas e assim as filhas mais independentes poderão desenvolver maior frequência de conflito com os progenitores.

Relativamente aos filhos separados, as variáveis sócio-demográficas como a existência de filhos, a idade dos filhos e guarda dos filhos poderão exercer diferentes influências nas dimensões da relação entre pais e filhos adultos separados. A existência de filhos, estes serem de menor idade e a guarda destes pertencer ao filho que coabita com esse progenitor poderá levar a um maior grau de Associação, de Afecto e de

Função. Na literatura a existência de crianças é considerada muitas das vezes como um factor de maior coesão familiar. Contudo, a existência de crianças, a coabitação com estas e a necessidade do cuidado destas, pode levar a níveis de Consenso mais baixos e de Conflito mais elevados. A necessidade de uma maior alteração nas rotinas familiares, no espaço físico da casa e uma maior tendência em ficar responsável pelo cuidado dos netos, querendo exercer influência na sua educação, podem ser algumas das variáveis responsáveis pela expressão das dimensões Consenso e Conflito.

Quanto à variável duração da separação conjugal, coincidente com o tempo de coabitação com os progenitores, as dimensões da relação poderão ter diferentes expressões. Na literatura esta variável apenas tem sido considerada quanto à dimensão Conflito. Têm sido encontrados resultados de menor grau de conflito com o aumento da duração do tempo de separação conjugal. Contudo, estes resultados podem não ser encontrados no presente estudo por diversas razões. Por exemplo, se não forem resolvidos os problemas subjacente à re-coabitação, o factor tempo pode não ser suficiente para os resolver. Relativamente às outras dimensões, os filhos tendem a progressivamente se tornarem mais independentes, sendo expectável que haja valores mais baixos nas dimensões no grupo com uma duração maior da separação conjugal.

No entanto, outras variáveis podem ser responsáveis pela estagnação ou aumento das várias dimensões. Por exemplo, famílias que tendem a ter fronteiras mais emaranhadas possivelmente tenderam a não diminuir os valores das dimensões. Assim, o tipo de família poderá ser uma das variáveis a serem consideradas para a compreensão da expressão das diferentes dimensões ao longo da duração da separação conjugal.

Quanto ao papel das variáveis sócio-demográficas nas diferentes áreas de vida do progenitor, tal como nas dimensões da relação, podem ser encontrados diversos resultados. O impacto nas diferentes áreas de vida dos progenitores pode depender das

variáveis sócio-demográfica género e idade do progenitor.

Relativamente ao género do progenitor, a área profissional pode ter diferentes expressões. Se for considerado que em famílias mais tradicionais muitas das mulheres não investem numa carreira profissional estando até muitas vezes apenas responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos, é possível que haja mais impacto nesta área ao nível dos progenitores do sexo masculino. Contudo, se ambos os pais tiverem um grande investimento na área profissional o impacto da separação conjugal dos filhos pode afectar de igual modo a área profissional dos progenitores. A consideração do tipo de emprego e do investimento na área podem ser factores que influenciam a expressão dessa variável mais do que a variável género do progenitor.

A área dos tempos livres e a da relação conjugal poderão também ser dependente do género dos progenitores. No entanto, a investigação nestas áreas não considera a variável género. Os resultados do presente estudo poderão preencher esta lacuna. Não havendo informação quanto ao investimento nesta área, é extremamente difícil prever que tipo de respostas poderiam ser esperadas. Tal como na área anterior, mais do que o género dos progenitores, será talvez mais importante saber o grau de investimento dos progenitores em cada uma das áreas de vida consideradas.

Quanto à variável idade do progenitor, as áreas de vida mais afectadas podem ser diferentes. Por exemplo, o impacto da separação conjugal do filho poderá ser maior na área dos tempos livres e na área da relação conjugal pois os pais mais idosos tendem a ter um maior investimento nessas duas áreas. Pelo contrário, pais mais novos poderão estar a investir com maior vigor na área profissional e o regresso dos filhos a casa poderá afectar em maior grau essa área de vida. Contudo, estes resultados são apenas especulativos, pois a investigação não tem considerado esta variável, sendo possível os resultados terem expressões diferentes do que foi acima referido.

Relativamente às variáveis sócio-demográficas relativas ao filho separado e o impacto destas nas diferentes áreas de vida do progenitor, mais uma vez é possível formular todo um conjunto de resultados.

A variável género do filho por si só pode não apresentar resultados muito diferentes entre homens e mulheres. No entanto, se associarmos ao género as variáveis existência de filhos, idade e guarda dos filhos talvez os resultados possam ser mais compreensíveis. Tendo em conta que a maior parte das vezes são as mulheres que ficam com a guarda dos filhos, é possível que façam com que a variável género feminino obtenha resultados mais elevados nas diversas áreas de vida. A presença de uma criança em casa e a necessidade do cuidado desta, particularmente quanto estas são menores de idade, poderão levar a que seja necessário despende maior tempo para tarefas relacionadas com esta em detrimento das tarefas necessárias para as diferentes áreas de vida consideradas. Em alguns casos pode ser necessário que os avós deixem o seu emprego para ajudar a educar as crianças. Poderá ainda ser necessário ficar com estas muito tempo, impossibilitando a realização de tarefas de tempo livre que poderiam estar a realizar até então. A presença das crianças pode ainda ser um inibidor do investimento na relação conjugal dos avós.

Quanto à expressão do impacto da separação conjugal nas áreas de vida do progenitor relativamente à variável duração da separação conjugal podem ser esperados vários resultados. A literatura saliente a importância do tempo na adaptação à nova situação conjugal dos separados. Assim, sendo o processo de adaptação atenuado ao longo do tempo os resultados poderão apontar para uma diminuição do impacto da separação conjugal dos filhos consoante a maior duração de tempo após a separação. As áreas de vida dos progenitores poderão ser mais afectadas se os filhos estiverem separados há menos tempo. Contudo, os pais que tiverem maior dificuldade em se

adaptarem a este novo formato familiar e que tenham fronteiras mais difusas possivelmente não terão resultados inferiores quanto ao impacto da separação nas suas áreas de vida.

No entanto, todos os resultados apresentados anteriormente são especulativos. Assim, o presente estudo permitirá esclarecer a expressão das diferentes dimensões da relação progenitor – filho adulto separado e das diferentes áreas de vida, relativamente às seguintes variáveis: progenitor – o género e a idade; filho – a idade, a existência de filhos, a idade desses filhos, a guarda desses filhos e a duração da separação conjugal. A aplicação do presente estudo poderá permitir retirar muitas outras considerações que sem a sua aplicação podem estar a passar despercebidas ou que podem não ser expectáveis. Assim, sugere-se que os instrumentos de avaliação considerados no estudo sejam aplicados para que seja possível compreender a percepção dos progenitores quanto à sua relação com os filhos separados numa situação de re-coabitação. Além disso, havendo relativamente poucos estudos na área, existe uma multiplicidade de variáveis que poderiam ser consideradas em estudos posteriores. Ao longo da discussão foi possível observar que algumas variáveis que agora parecem ser importante não foram consideradas na altura. Para além disso, outras variáveis que não foram referidas podem ser interessantes para compreender as relações entre progenitores e filhos adultos separados. Por exemplo a variável personalidade dos progenitores e dos filhos poderão possibilitar a compreensão de algumas expressões da relação.

Quanto às limitações relativas à utilização da entrevista como instrumento de avaliação, a sua adequabilidade poderá ser avaliada aquando a aplicação do estudo piloto. A utilização de outro tipo de instrumentos mais estandardizados só poderá ser possível após um maior investimento na área das relações entre progenitores e filhos adultos, particularmente quando os últimos passam por um processo de separação

conjugal.

Deste estudo espera-se retirar algumas implicações práticas, principalmente para a prática clínica, permitindo o desenvolvimento de intervenções dirigidas aos progenitores cujos filhos passam por uma situação de separação conjugal e que após esta regressaram para casa dos progenitores. A importância da existência de equilíbrio na permeabilidade das fronteiras, para que os progenitores e os filhos possam ser interdependentes, não perdendo no entanto o seu espaço pessoal e a sua independência, é importante que seja trabalhada com os progenitores a nível clínico, principalmente ao nível da prevenção. A intervenção ao nível da resolução de conflitos poderá ser também uma das áreas a necessitarem de ser trabalhadas em contexto clínico, principalmente se for perceptível através do presente estudo um elevado grau de conflito e de desconforto nas diferentes áreas de vida dos progenitores. O conhecimento das variáveis sócio-demográficas mais relacionadas com as diferentes expressões das dimensões da relação e com as áreas de vida mais afectadas com a separação conjugal dos filhos poderá fornecer informação sobre os indivíduos que apresentam um maior risco de poderem ter relações mais desadaptativas. A sinalização dos indivíduos em maior risco poderá permitir que as intervenções sejam mais dirigidas a esses mesmos indivíduos e que possam ter resultados mais bem sucedidos.

Além disso, se o estudo confirmar um grande impacto da separação conjugal dos filhos na vida dos progenitores principalmente quando estes regressam para casa dos pais, talvez seja importante que o estado tome algumas providências sociais e económicas que permitam aos filhos subsistirem sem a coabitação com os progenitores. A criação de espaços de baixo custo para colocar as crianças durante o horário laboral e a criação de subsídios para rendas e algumas despesas domésticas são exemplos de algumas medidas que poderiam ser adoptadas.

Referências Bibliográficas

- Ahrons, C.R., & Rodgers, R.H. (1987). *Divorced families: A multidisciplinary developmental view*. New York: W. W. Norton.
- Araújo, M. L. & Dias, C. B. (2002). Papel dos avós: apoio oferecido aos netos antes e após situações de separação/divórcio dos pais. *Estudos de psicologia*, 7, 91-101.
- Bengtson, V. L.; Biblarz, T. J. & Roberts, R. E. L. (2002). Families, Generations, and Achievement Orientations of Youth. In V. L. Bengtson, T. J. Biblarz & R. E. L. Roberts, *How families Still Matters. A Longitudinal Study of Youth in two Generations*. (pp. 1-18). Cambridge: Cambridge University Press.
- Bengtson, V. L.; Giarrusso, R.; Mabry, J. B. & Silverstein, M. (2002). Solidarity, Conflict, and Ambivalence: Complementary or Competing Perspectives on Intergenerational Relationships?. *Journal of Marriage and the Family*, 64, 568-576.
- Bengtson, V. L. & Roberts, R. E. L. (1991). Intergenerational Solidarity in Aging Families: An Example of Formal Theory Construction. *Journal of Marriage and the Family*, 53, 856-870.
- Bengtson, V. L. & Schrader, S. (1982). Parent-child Relations. In D. Mangen & W. Peterson (Eds.), *Handbook of Research Instruments in Social Gerontology*. (pp. 115-185). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1994). Overview. The Changing Family Life Cycle: A Framework for Family Therapy. In B. Carter & M. McGoldrick, *The Changing Family Life Cycle: A Framework for Family Therapy*. (pp.3-28). Boston: Allyn and Bacon.
- Connidis, I. A. (1992). Life Transitions and the Adult Sibling Tie: A Qualitative Study. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 972-982.

- Cooney, T. (1997). Parent-Child Relations across Adulthood. In S. Duck (Ed.), *Handbook of Personal relationships: theory, research and interventions*. (pp. 451-468). Chichester: John Wiley & Sons.
- Cowan, P. (1991). Individual and the Family Life Transitions: A Proposal for a New Definition. In P. Cowan & M. Hetherington (Eds.), *Family transitions*. (pp. 3-30). Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Daatland, S. O. (2007). Marital History and Intergenerational Solidarity: The Impact of Divorce and Unmarried Cohabitation. *Journal of Social Issues*, 63, 809-825.
- Ehrenberg, M. & Smith, S. (2003). Grandmother-Grandchild Contacts Before and After an Adult Daughter's Divorce. *Journal of Divorce & Remarriage*, 39, 27-43.
- Farkas, J. & Hogan, D. (1995). The Demography of Changing Intergenerational Relationships. In V. L. Bengtson, K. W. Schaie & L. M. Burton (Eds), *Adult Intergenerational Relations. Effects of Societal Change*. (pp. 1-18). New York: Springer Publishing Company.
- Fine, M. A.; Ganong, L. H. & Demo, D. H. (2005). Divorce as a Family Stressor. In P. C. McKenry & S. J. Price (Eds), *Families & Change: coping with stressful events and transitions*. (pp. 227-252). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Gaalen, R. I. V. & Dykstra, P. A. (2006). Solidarity and Conflict Between Adult children and Parents: A Latent Class Analysis. *Journal of Marriage and Family*, 68, 947-960.
- Gelles, R. J. (1995). Marriage, Family, and the Later Years. In R. J. Gelles, *Contemporary Families. A Sociological View*. (pp 356-385). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Gerson, R. (1995). The Family Life Cycle: Phases, Stages, and Crisis. In H. Mikesell; D. Lusteran & S. McDaniel (Eds), *Integrating family therapy: handbook of family psychology and systems theory*. (pp. 91-111). Washington, D.C.: APA.

- Gerstel, N. (1988) Divorce and Kin Ties: The Importance of Gender. *Journal of Marriage and the Family*, 50, 209-219
- Giarrusso, R.; Silverstein, M.; Gans, D. & Bengtson, V. L. (2005). Ageing Parents and Adult Children: New Perspectives on Intergenerational Relationships. In M. Johnson (Ed.), *The Cambridge Handbook of Age and Ageing*. (pp. 413-421). Cambridge: Cambridge University Press.
- Hamon, R. (1995). Parents as Resources When Adult Children Divorce. *Journal of Divorce & Remarriage*, 23, 171-183.
- Hamon, R. & Cobb, L. (1993). Parents' Experience of and Adjustment to their Adult Children's Divorce: Applying Family Stress Theory. *Journal of Divorce & Remarriage*, 21, 73-94.
- Herbert, M. (2004). Parenting Across the Lifespan. In M. Hoghughi & N. Long (Eds.), *Handbook of parenting, theory and research for practice*. (pp. 55-71). London: SAGE Publications.
- Hilton, J. & Macari, D. (1997). Grandparent Involvement Following Divorce: A Comparison in Single-Mother and Single-Father Families. *Journal of Divorce & Remarriage*, 28, 203-224.
- Instituto Nacional de Estatística (2008). Tábuas de Mortalidade para Portugal 2005-2007. Informação à Comunicação Social: INE.
- Isaacs, M. & Leon, G. (1986). Social Networks, Divorce, and Adjustment: A Tale of Three Generations. *Journal of Divorce*, 9, 1-16.
- Johnson, C. L. (1988). Postdivorce Reorganization of Relationships between Divorcing Children and Their Parents. *Journal of Marriage and the Family*, 50, 221-231.

- Kitson, G. C. & Holmes, W. M (1992). What Do We Know about Divorce, and What Do We Still Need to Now?. In G. C. Kitson & W. M. Holmes, *Portrait of Divorce – Adjustment to Marital Breakdown*. (pp. 1- 21). New York: Guilford Press.
- Knipscheer, C. (1988). Temporal Embeddedness and Aging Within the Multigenerational Family: The case of Grandparenting. In J. Birren & V. Bengtson (Eds), *Emergent Theories of Anging*. (pp. 426-445). New York: Springer Publishing Company.
- Lewis, R. (1990). The Adult Child and Older Parents. In T. Brubaker. *Family Relationships in Later Life*. (pp. 68-85). Newbury Park: SAGE Publications.
- Myers, J. & Perrin, N. (1993). Grandparents Affected by Parental Divorce: A Population at Risk? *Journal of Counseling and Development*, 72, 62-66.
- Pearson, J. (1993). Parents' Reactions to Their Children's Separation and Divorce at Two and Four Years: Parent Gender and Grandparent Status. *Journal of Divorce & Remarriage*, 20, 25-43.
- Peck, J. S. & Manocherian, J. R. (1994). Divorce in the Changing Family Life Cycle. In B. Carter & M. McGoldrick, *The Changing Family Life Cycle: A Framework for Family Therapy*. (pp.335-369). Boston: Allyn and Bacon.
- Peixoto, C. E. & Luz, G. M. (2007). De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. *Cadernos Pagu*, 29. Acesso em 28 Maio de 2008 em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200008&lng=pt&nrm=iso>.
- Putney, N. M. & Bengtson, V. L. (2001). Families, Intergenerational Relationships, and Kinkeeping in Midlife. In M. E. Lachman (Ed.), *Handbook of midlife development*. (pp. 528-570). New York: John Wiley and Sons.
- Relvas, A. P. (2004). *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva Sistémica*. (pp. 9-31). Porto: Edições Afrontamento.

- Roberto, K. (1990). Grandparent and Grandchild Relationships. In T. Brubaker (Ed.), *Family Relationships in Later Life*. (pp. 68-85). Newbury Park: SAGE Publications.
- Silveira, P. G. & Wagner, A. (2006). Ninho cheio: a permanência do adulto jovem em sua família de origem. *Estudos de Psicologia*, 23. Acesso em 28 de Maio de 2008 em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2006000400012&lng=pt&nrm=iso
- Silverstein, M.; Bengtson, V. & Lawton, L. (1997). Intergenerational Solidarity and Structure of Adult Child-Parent Relationships in American Families. *The American Journal of Sociology*, 103, 429-460.
- Spitze, G.; Logan, J. R.; Deane, G. & Zerger, S. (1994). Adult Children's Divorce and Intergenerational Relationships. *Journal of Marriage and the Family*, 56, 279-293.
- Zarit, S. H. & Eggebeen, D. J. (2002). Parent-Child Relationships in Adulthood and Later Years. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting*. (pp.135-161). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

ANEXOS

Anexo 1

Guião da entrevista

I – Características sócio-demográficas

a) Progenitor/Entrevistado

1 – Género:

Masculino ☐ Feminino ☐

2 – Idade: _____

3 – Nível de Escolaridade: _____

4 – Agregado familiar actual: _____

b) Filho Separado

1 – Género

Masculino ☐ Feminino ☐

2 – Idade: _____

3 – Nível de Escolaridade: _____

4 – Filhos

- Número: _____

- Idade: _____

- Guarda dos filhos: Sim ☐ Não ☐

5 – Duração da separação conjugal: _____

II – Características relacionais

a) Relativamente à relação actual com o seu filho:

1 - a) Qual a frequência de contacto durante um dia típico

1 2 3 4 5 6 7

Nunca

Muito

Frequente

b) Quais os meios de contacto

c) Quais as actividades partilhadas

2 - Na sua opinião como classificaria a sua relação afectiva com o seu filho

1 2 3 4 5 6 7

Muito

Muito

Distante

Próxima

3 - a) Que tipo de apoio dá ao seu filho

b) Que tipo de apoio recebe do seu filho

4 - Qual o grau de acordo em opiniões e valores entre si e o seu filho

1 2 3 4 5 6 7

Muito

Muito

Desacordo

Acordo

5 - Qual a frequência de conflitos entre si e o seu filho durante dia típico

1 2 3 4 5 6 7

Nunca

Muito

Frequente

III – Áreas de vida do progenitor

1- Em que grau acha que o regresso do seu filho a sua casa afectou as seguintes áreas:

Área Profissional	1	2	3	4	5	6	7
	nada						muito
	afectada						afectada
Tempos Livres	1	2	3	4	5	6	7
	nada						muito
	afectada						afectada
Relação Conjugal	1	2	3	4	5	6	7
	nada						muito
	afectada						afectada